

**VIII ENCONTRO VIRTUAL DO
CONPEDI**

**FILOSOFIA DO DIREITO, HERMENÊUTICA
JURÍDICA E CÁTEDRA LUÍS ALBERTO WARAT II**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Filosofia do direito, Hermenêutica jurídica e Cátedra Luís Alberto Warat II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Elcio Nacur Rezende; José Alcebiades De Oliveira Junior; Rubens Beçak. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-142-4

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Filosofia do direito. 3. Hermenêutica jurídica e Cátedra Luís Alberto Warat. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI
FILOSOFIA DO DIREITO, HERMENÊUTICA JURÍDICA E CÁTEDRA LUÍS
ALBERTO WARAT II

Apresentação

Esta publicação reúne os artigos aprovados no Grupo de Trabalho intitulado “Filosofia do direito, hermenêutica jurídica e cátedra Luís Alberto Warat” VIII Encontro Virtual do CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito), realizado entre 24 e 28 de junho de 2025.

O grupo foi coordenado pelos Professores Doutores José Alcebiades De Oliveira Junior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Rubens Beçak da Universidade de São Paulo e Elcio Nacur Rezende do Centro Universitário Dom Helder Câmara e Faculdade Milton Campos.

Portanto, a coordenação do Grupo de Pesquisa e a redação desta apresentação foi incumbência de todos os docentes acima que, honrosamente, fazem parte do CONPEDI e buscam em suas pesquisas aprofundar o conhecimento sobre a Ciência Jurídica, na esperança da conscientização da importância de vivermos em uma sociedade melhor.

É indiscutível a qualidade dos artigos apresentados por diversos autores dos mais diferentes estados do Brasil, fruto de profundas pesquisas realizadas por Mestrandos, Mestres, Doutorandos e Doutores dos diversos Programas de Pós-graduação em Direito de dezenas instituições de ensino.

Nos textos, estimado(a) leitor(a), você encontrará trabalhos que representam, inexoravelmente, o melhor conhecimento sobre o Direito e suas inter-relações com as demais

VIDA E DIREITO NA SOCIEDADE TECNOCIENTÍFICA PLANETÁRIA: O JOGO DA ÉTICA E A ÉTICA DO JOGO.

LIFE AND LAW IN THE PLANETARY TECHNOSCIENTIFIC SOCIETY: THE PLAY OF ETHICS AND THE ETHICS OF PLAY

Willis Santiago Guerra Filho

Resumo

O artigo parte da proposta de que o conhecimento humano sendo sempre parcial e provisório, a realidade para nós tem um caráter lúdico e onírico. Considerando a relação entre vida, sonho, desejo e jogo, sustenta-se que a condição humana é marcada pelo engano e pela ilusão, tanto nos sonhos quanto na vida desperta. Articulando contribuições de diversas tradições filosóficas, relacionadas a autores como Nietzsche, Bergson, Axelos, Deleuze, Bachelard, Agamben com aquelas psicanalíticas de Freud, Lacan, Klein e Winnicott, destaca-se a importância do imaginal, conceito elaborado por Henry Corbin a partir de seus estudos da filosofia muçulmana, a fim de superar a dicotomia moderna entre corpo e mente, entre matéria e espírito, fator determinante para a crise de nossas ordenas normativas, logo, em nossas vidas. Com base nessa compreensão, aponta-se para as raízes múltiplas do direito, da moralidade e da ética, situando-as na magia, mito e religião, política, poesia e arte, filosofia e trabalho. Daí a postulação de que toda ordem normativa é essencialmente mágica e mitológica. A política cria e desfaz normas conforme seus interesses, movendo-se entre o ideal e o material. A arte e a poesia teriam perdido seu poder soberano para a técnica, enquanto a filosofia, embora tenha fundamentado a ética, culmina num mundo tecnocientífico que supera o pensamento metafísico tradicional. A ciência e a tecnologia, mesmo pretendendo ser neutras, carregam orientações éticas implícitas. A moralidade é simultaneamente produto e produtora do social. A ética do trabalho legitima a exploração e reforça a propriedade privada.

Palavras-chave: Epistemologia, Ética, Imaginal, Ontologia, Onirismo

decisive for the current crisis of our normative orders, and, by extension, of our lives. There are multiple roots of law, morality, and ethics, locating them in magic, myth and religion, politics, poetry and art, philosophy, and labor. From this, it posits that every normative order is essentially magical and mythological. Politics continually creates and dissolves norms according to its interests, navigating between the ideal and the material. Art and poetry have ceded their power to technics, while philosophy, despite having once grounded ethical reflection, has culminated in a technoscientific world that transcends traditional metaphysical thought. Science and technology, even while claiming neutrality, inevitably carry implicit ethical orientations. Morality simultaneously emerges as both a product and a producer of the social world.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Epistemology, Ethics, Imaginal, Ontology, Oneirism

I. INTRODUÇÃO

O engano é nossa condição fundamental. Engano dormindo, engano acordado, sonhos diversos, mas sempre sonhos. Eis o resumo do que podemos caracterizar como onirismo ontológico e também epistemológico.

Inutilmente buscamos a verdade, como sabem os que se dedicam às ciências. Ao fazer ciência, conforme um justamente celebrado teórico recentemente falecido, o lógico Newton da Costa, é preciso nos contentarmos com a “quase verdade”, tratar o conhecimento “como se” verdade fosse, enquanto não se descobre que não é, o que não é. E não é exatamente assim nos sonhos, ou com os sonhos? Ao acordar, descobrimos que não era verdade, por mais que parecesse ser, com todos os detalhes que às vezes trazem. Quem, o que, como faz que assim seja?

“Fiction is to grown men what play is to the child”,¹ Robert Louis Stevenson asseverou certa vez, num pronunciamento que capta perfeitamente a magia de sua própria ficção. Seu biógrafo, Ian Bell (1992), no epílogo de “Dreams of Exile. Robert Louis Stevenson: A biography”, resume assim a vida que estudou detidamente:

A Scot, always, that was part of it. He never did escape. He took his identity with him and made a dream of exile. He found his stories in dreams, after all. Robert Louis Balfour Stevenson was a child of Edinburgh who went into the world, like so many before and since, and did not return. Time, memory, places, and dreams were his art.²

No seu ensaio “Chapter on Dreams”, no final da quarta coluna, temos a afirmação de que o tempo vai mais rápido nos sonhos. Sim, quantas e quantas outras vidas vividas rapidamente e acabadas já, em sonhos. A experiência onírica é o nosso contato diário, em geral noturno, com a ruptura da vida, a que levamos acordados e as inúmeras outras vividas em sonhos. No referido texto, Stevenson (1892) relata como sonhou o essencial de sua realização mais popular, “O Médico e o Monstro” (“Mr. Hyde and Dr. Jekyll”).

¹ Trad. livre: “A ficção é para o adulto o que o jogo é para a criança”.

² Trad. livre: “Um escocês, sempre, isso de nunca escapar fazia parte, ele pegou sua identidade e fez dela um sonho de exílio. Afinal de contas, ele encontrava suas histórias em sonhos. Robert Louis Balfour Stevenson era uma criança de Edinburgh que foi para o mundo, como tantas antes e depois, e nunca voltou. Tempo, memória, lugares e sonhos era a sua arte”.

Não seria um o sonho ou pesadelo do outro? O que os diferencia seria a premissa de que são como se imaginam, se como sustenta Bergson, em sua palestra sobre os sonhos (incluída em “A Energia Espiritual” Bergson, 2009), o que temos nos sonhos é um acirramento de nossa capacidade de raciocinar, fazendo todo o esforço possível para fazer sentido das invenções em que ela se diverte em simular o modo usual de raciocinar diante do jogo de imagens que brotam da nossa consciência com a atenção desviada do exterior para o interior silencioso de nosso corpo, sem órgãos a nos incomodar o repouso. O sonho, portanto, é uma excitação do ser que somos acordados e dessa excitação, igualmente uma negação do ser ordenado (Sutter, 2017), é que se vive no modo capitalista de reprodução econômica da vida, movido por vícios lícitos ou não, sendo o maior deles, o vício dos vícios, o vício no dinheiro – e um viciado, como sabemos, tende a se tornar inimputável.

Sim, enquanto houver ainda o corpo e estando lá, como uma habitante merecedora de hospitalidade, nossa consciência adormecida, assim tornada inconsciência, nos propicia uma variação de formas de ser e viver que se mostram enganosas, no confronto com as que experienciamos acordados, se forem bem ordenadas, mas se em relação a elas também nos enganamos, não nos restam critérios para desfazer os enganos. A diferença repousa na presença de outros corpos, tangíveis, na experiência acordada, sendo que quando adormecidos também entramos em contato com o que nos parecem ser outros corpos, às vezes chegando mesmo a ter com eles intercuro sexual. E tudo passa, sim, com o despertar, mas em outro ritmo também passa, está passando incessantemente, o vivido acordado.

Ao adormecer, para sonhar, segundo Bergson, é preciso nos desinteressarmos do mundo em que vivemos, exteriormente. Então, se abre um mundo para vivermos interiormente. O interesse, vindo de alguma necessidade, pode cessar, a vontade que o impulsiona também, o desejo não: sua origem está em necessidade outra, mais entranhada em nosso ser. O próprio desejo de permanecer dormindo nos provocaria sonhos, donde serem considerados guardiões do sono, por Freud, a impedirem a invasão do interior pelo exterior. E é assim que se vai fazendo o sonho no nosso interior, com os elementos fornecidos pelo exterior, sendo que esse exterior pode ser o próprio interior de nosso corpo. Um incômodo qualquer, por exemplo, é transfigurado numa representação naquele outro mundo que se cria, dando-lhe algum sentido possível, que é capaz de elaborar uma mente a um só tempo relaxada e ativa. Então, sem negar que possa haver nos sonhos o quanto neles nos permite interpretar o modelo freudiano, não são por ele esgotáveis, e o

próprio Freud referiu a insondabilidade do que chamou de “umbigo dos sonhos”. Lá, como no *noumenon* kantiano, só que em nosso interior encontrar-se-ia o real de impossível alcance, o real do sonho, morada da liberdade, enquanto superposição de possibilidades.

E se não for propriamente ficcional o modo de existência originário do mundo, por nós captado, e vazado em moldes jurídicos, morais ou religiosos, qual seria o seu estatuto? A proposta que aqui se avança é a de que ele é da ordem do desejo, considerando-se a expressão como formulada utilizando o genitivo em sentido *subjectivus* e também *objectivus*, ou seja, como sendo o mundo ao mesmo tempo causa e efeito, ou função, do desejo, do que é mais propriamente humano, e não da vontade ou de necessidades, que geram interesses, como defende o utilitarismo tecnicista hoje predominante. É por esta origem desejante que vai assumir a qualidade dos sonhos, lúdica.

II. JOGO DA VIDA

A questão é: apenas jogamos enquanto vivemos ou somos jogados até morrermos? Quando sonhamos a resposta mais plausível é a de que somos jogados, é dizer, não sonhamos propriamente, somos sonhados, somos o que (n)o sonho se nos impõe(m). E acordado? Se continuamos jogando, continuamos sonhando. E agora o que parece mais plausível é que continuamos jogando, o jogo do mundo, sobre o qual escreveu Kostas Axelos (1970), e com quem aqui estamos escrevendo, sobre-escrevendo, ao invés de escrever sobre ele, o que escreveu sobre Heráclito (Axelos, 1962) e tantos outros com quem jogou o jogo da filosofia atenta ao jogo (Axelos, 1969). Deleuze (1970), que certa feita escreveu que a filosofia se morresse seria de rir, possivelmente reagindo ao discurso de Heidegger sobre o fim da filosofia na era planetária da cibernética, também escreveu que ela foi salva por Axelos, que estaria para Heidegger como o zen estaria para o budismo. No zen, vale lembrar, há um famoso dito que é: se você entrar o Buda, mate o Buda. Claro, Buda ensinava basicamente que vivemos em um mundo de sonhos e tudo é ilusão, *ludus*, jogo. Quem achar que encontrou Buda só encontrou o seu sonho de Buda. Se conseguir matá-lo, despertará, e se tornará também Buda, o desperto. Fim de jogo. Esgotamento do gozo, morte prévia, *samádi*: suspensão e compreensão da existência seguida de comunhão em êxtase com o universo, *yoga*, com *līlā*, o jogo cósmico, dança

de Shiva ao som de Brahma, *Nada Brahma*, enquanto Vishnu brinca de ser Krishna, depois Buda, ou Cristo e todos os seus avatares, também Dioniso, os orixás etc.

Nós, humanidade vivendo em estado de miséria planetária, como que abandonados por deuses que foram brincar em outras paragens, numa era que parece mais propensa a encerrar a modernidade do que a iniciar algo realmente novo, de que ética ainda seremos capazes? Isso para suportar de outra forma o que existe e o que se faz, o que deixou de “ser” e se tornou um jogo, em vez de esperar conforto numa alteridade fundamental. E no entanto, conseguimos vislumbrar segredos de nosso Eu, sem que tenha sido suficiente para nos suportarmos bem, nem a companhia prolongada de outros, um só ou muitos. Se vivemos entre os jogos consigo mesmo e com outros, vivemos num interlúdio, *inter ludus*.

Efetivamente, ao considerarmos o mundo, seja aquele compartilhado (*Mitwelt*), seja aquele próprio (*Eigenwelt*), tal como o concebemos, representamos, imaginamos, como um produto do desejo, lhe conferimos o mesmo estatuto dos sonhos, isto é, um caráter onírico, imaginário. Vale lembrar que para o budismo o nosso mundo é um mundo do desejo, sendo, enquanto tal o mais baixo dos três mundos postulados em sua cosmologia, conforme Henri Maspero (1981, 52).

Tratar-se-ia, então, nos caso do mundo compartilhado (*Mitwelt*), de algo como um sonho coletivo, construído a partir do que já é dado como sendo o mundo, a realidade, sim, mas sempre *in fieri*, nunca devendo ser tido como já realizado, pronto e acabado, ou seja, objetivo, pois além de depender de sujeitos, desejantes, que o tenha posto, no passado, visando uma previsão e controle do futuro, contingente, depende também de sujeitos que o “re-ponha”, no presente, atualizando o que há de ser visto como potencialidades, realizando possibilidades, a serem reveladas, postas como verdadeiras, por um saber que seja adequado.

Pode-se entender ter ido nesse sentido o esforço de Nietzsche em textos justamente célebres como a “Segunda consideração intempestiva (da utilidade e da desvantagem da história para a vida)”, de 1874, sendo sempre oportuno lembrar a apresentação extremamente competente de Oswaldo Giacoia Jr., (2012). Nesse aspecto, vale lembrar a elaboração convergente da psicanálise kleiniana e de seus herdeiros intelectuais, da chamada Escola de Londres, sendo com proveito que se consulta, a propósito, Ronald Britton (2003) e em relação à abordagem junguiana, Maria Helena

Lisboa da Cunha (1998). Entende-se, assim, a proposta feita por Giorgio Agamben (2005, 87), no sentido de que aos filósofos, como às crianças – e, de nossa parte, acrescentaríamos os poetas, enquanto psicanalistas como Winnicott, Lacan e o próprio Freud aduziriam os assim chamados e antes deles tão mal-compreendidos “loucos” -, caberia a descoberta de novas dimensões para os usos comuns dos meios que se encontram a disposição para atingir certos fins - jurídicos, econômicos, políticos etc. -, tornando-os inúteis para tais finalidades, no mesmo gesto em que os utilizam para outras finalidades, mais diretamente prazerosas, como jogar, no sentido mais amplo de “play”, que é também sinônimo do atuar de atores. Com relação a Lacan, vale lembrar que para ele são três as categorias conceituais da realidade humana: 1) imaginário - teatro das ilusões do eu, papéis de um indivíduo; 2) real - um excesso que não pode ser simbolizado - o que não se consegue simbolizar; 3) símbolo – como sendo o ideal do eu, que determinaria e sustentaria a projeção imaginária sobre o eu-ideal.

Já o mundo próprio (*Eigenwelt*) é um sonho próprio, variando de acordo com o nosso estado corporal. O corpo aqui entendido nietzscheaneamente como a sede da “grande razão”, que “faz ‘eu’” (“eus”, diríamos, e mundos), como explica Oswaldo Giacoia Jr. (2012, 220).

Aqui, cabe suscitar também a contribuição que pode ser dada pela “poética dos sonhos (*rêverie*)” de Bachelard, para quem, (1997, 20), “um mundo se forma em nossos sonhos, um mundo que é nosso mundo. E esse mundo sonhado nos ensina possibilidades de crescimento de nosso ser nesse universo que é nosso”. Essa é também a poética modernista proposta para as artes, desde Baudelaire e, mais radicalmente, por Apollinaire, que se engaja na produção de um mundo que revele possibilidades despercebidas do real. Bachelard será reivindicado pelo “pai” do Surrealismo, André Breton (1987), que se insere nessa tradição modernista, como ele próprio reconhece. E Gilbert Durand irá se colocar nessa linha, junto ao “surrealismo contemporâneo”, bem como dos “grandes românticos alemães”, Novalis, Hölderlin etc., sobre quem desenvolveu excelente trabalho recentemente Byung-Chul Han, na seção final de “*Vita contemplativa* ou sobre a Inatividade” (2023). Isso em prol da superação do que Piaget denominou de “adultocentrismo”, para assim recuperar a matriz metafórica, imaginária, de onde emana toda atividade mental humana, inclusive aquela mais redutora, a que aqui denominamos racionalizadora, dita racional.

Mais que ao imaginário, no entanto, para lidar, em geral, com o caráter necessariamente espectral, invisível, onirontológico do que nos é constitutivo e mais característico, enquanto seres em que se dá pensamentos e sonhos, seria de se recorrer ao imaginal. A noção de “imaginal”, ou *mundus imaginalis*, foi cunhada por Henry Corbin (1903 – 1978), filósofo, tradutor (pioneiro, por exemplo, na tradução de Heidegger para o francês) e expoente dos estudos de filosofia islâmica, em especial, daquela de cunho místico da gnose xiita. Para Jean-Jacques Wunenburger (2007, 23), ao estudar “(...) os principais textos das experiências místicas e visionárias dos persas zoroastras e dos xiitas muçulmanos, ele redescobre uma forma de imaginação metapsicológica pela qual a consciência experimenta um mundo de imagens autônomas, designado por ‘imaginal’, que constituem algumas apresentações de um mundo inteligível”.

Para Corbin (1964; 1983), sem que precise ou possa dar razões para sua postulação, tal como Gregory Chaitin (2011) em relação a seu número ômega, tem-se que:

há sim nosso mundo sensorial físico, que inclui tanto o nosso mundo terreno (governado por almas humanas) e o universo sideral (governado pelas Almas das Esferas). Este é o mundo sensorial, o mundo dos fenômenos (*molk*). Existe o mundo supra-sensorial das almas angélicas, o *Malakut*, (...) o universo das inteligências arcangélicas puras. Para esses três universos correspondem três órgãos do conhecimento: os sentidos, a imaginação e o intelecto, uma tríade à qual corresponde a tríade da antropologia: corpo, alma, espírito - uma tríade que regula o triplo crescimento do homem, estendendo-se deste mundo para as ressurreições nos outros mundos.

E continua:

Observamos imediatamente que não estamos mais reduzidos ao dilema (cartesiano – WSGF) do pensamento e extensão, ao esquema de uma cosmologia e de uma gnosiologia limitada ao mundo empírico e ao mundo do entendimento abstrato. Entre os dois é posicionado um mundo intermediário, que nossos autores nomeiam como *'alam al-mithal*, o mundo da Imagem, *mundus imaginalis*: um mundo tão ontologicamente real quanto o mundo dos sentidos e o mundo do intelecto, um mundo que requer uma faculdade da percepção que lhe é própria, uma faculdade que é uma função cognitiva, um valor noético, tão real quanto as faculdades da percepção sensorial ou da intuição intelectual. Esta faculdade é o poder imaginativo, aquele que devemos evitar confundir com a imaginação, que os modernos identificam com a ‘fantasia’ e que, de acordo com eles, produz apenas o “imaginário”.

A função específica desse *mundus imaginalis*, portanto, é romper radicalmente com a dicotomia cartesiana corpo/mente, “imaginalizando” as formas inteligíveis de modo a lhes conferir “figura e dimensão”, por estar o seu agente dotado de uma

imaginação ativa, o oposto daquela outra, do mundo de nossas fantasias pessoais e do senso comum, meramente passiva, capaz de todos os excessos. Entende assim Corbin que, sem este mundo intermédio e as produções que lhe são próprias, tais como as visões dos místicos e dos profetas, bem como atos simbólicos como os ritos de iniciação, as liturgias, operações alquímicas, gestos das epopeias, é toda uma parte significativa do nosso ser que permanece à parte, folclorizada, praticamente proibida, estigmatizada ou acessível somente pelas análises que a dissecam, pondo a perder, assim, seu campo existencial, seu lugar de existir. Sem este lugar, são somente imaginário e ficção, mito ou história, quando “é a função cognitiva da imaginação que permite o estabelecimento de um conhecimento analógico rigoroso, escapando ao dilema do racionalismo usual, que nos deixa somente uma opção entre os dois termos do dualismo banal: seja ‘matéria’ ou ‘espírito’, um dilema que a ‘socialização’ da consciência resolve substituindo por uma escolha que não é menos fatal: entre ‘história’ ou ‘mito’”. Aqui, vale lembrar a passagem extremamente pertinente da “Poética”, de Aristóteles, quando postula que o mito, logo, o poético, é mais filosófico do que a história, ou seja, o científico, pois enquanto ela trata do já ocorrido, no outro caso do que se trata é de *possibilidades*, do que poderia ter ocorrido ou ocorrer.

Vale, portanto, fazer ainda uma aproximação à hipótese avançada por Ulrich Warnke (2019), a partir dos seus estudos de física e biofísica, de que embutido em nosso mundo se encontra um intramundo (*Interwelt*), caso se queira buscar um acesso pelo materialismo “espectral” da mecânica quântica. De todo modo, a exploração de mundos possíveis, mundos sonhados e imaginais, com o auxílio daqueles que os acessam pelos mais diversos meios, artísticos, mágico-xamânicos, religiosos, científicos ou simplesmente existenciais, mostra-se como tarefa de máxima relevância filosófica, também por seus desdobramentos ético-políticos, pois a tirania da crença generalizada no mundo único, irrepetível, mortal, está a ameaçar, efetivamente, com a extinção não só aos que comungam de tais crenças, mas também aos que possuem outras, bem mais consentâneas com o modo plural como se apresenta(m) o(s) mundos(s) em nós humanos.

Neste sentido, temos contribuição feita por Mårten Björk (2018) em sua tese doutoral em estudos religiosos, defendida na Universidade de Göteborg, bem como, vale acrescentar, autores como Stefan Andriopoulos (2014) e Fábian Ludueña Romandini (2015), dentre os que propõem mundos em que a vida e morte não se contraponham nem se exclua aos mortos da comunidade dos vivos. O uso da morte para fins de dominação política, cabe lembrar, foi tema de que se ocupou intensivamente Elias Canetti, tanto em

sua obra ensaística, em que se destaca “Massa e Poder”, o seu *opus Magnum* (Canetti, 1995), como também naquela propriamente literária, com destaque, sobre a temática, para a peça teatral “Die Befriesteten” ou, em inglês, “The Numbered” (Canetti, 1964 e 1986).

Daí a necessidade de que se preserve a nossa mortalidade, evitando que se cometa o que Jean Baudrillard (1996, 49) chama de “crime perfeito”: o assassinato da morte humana. Seria o que estamos em vias de realizar, este crime máximo e último? Isso porque “o crime perfeito é o de uma realização incondicional do mundo pela atualização de todos os dados, pela transformação de todos os nossos atos, de todos os acontecimentos em informação pura – em resumo: a solução final, a resolução antecipada do mundo por clonagem da realidade e extermínio do real pelo seu duplo”. Onde, para Heidegger, dentre os grandes malefícios da época em que vivemos está a perda de uma preparação para a morte, justamente o que em Sócrates se afirma como tarefa maior da filosofia, o que nos deixa em uma situação de quem, também, ainda não nasceu propriamente, do que resulta o tamanho receio que se tem de envelhecer e perder a vida que ainda não se obteve plenamente, chegando-se a “ser o que se é”.

Chegar a ser o que se é, como Nietzsche nos desafia, evocando o dito de Píndaro, encontra resistência na moralidade, sendo motivo suficiente para não nos bastarem éticas simplesmente oposicionistas, que permanecem ancoradas naquilo que procuram negar, sendo assim negativas, no sentido de reativas, pois não passam de uma negação indeterminada. Definir-se por não ser ou defender simplesmente o que outros são ou defendem é permanecer na indefinição. É possível, de maneira simples e expressiva, definir a moralidade como aquele conjunto de regras do jogo que inspiram e mantêm os nossos comportamentos e transgressões circunscritos por elas, enquanto a ética, diversa e, ao mesmo tempo, inseparável dela, é problemática por definição, pois coloca problemas que nos fazem pensar. É que ela é da ordem do saber, mais que do fazer, como é o direito. O direito, a ética e a moralidade fincam as suas raízes nas grandes potências que ligam o jogo que praticamos, enquanto vivemos e convivemos, ao jogo do mundo, permanecendo intimamente ligadas a elas, ao mesmo tempo dirigidas por elas e as dirigindo: Ourobouros, ciclo da evolução voltando sobre si mesma em *looping* espiralado numa faixa de Möbius – ou de Gauss?

III. A QUÍNTUPLA RAIZ DO DIREITO, DA ÉTICA E DA MORALIDADE

No que se segue, postulamos que direito, moralidade e ética, na sua indistinção diferenciada, enquanto ordens normativas, têm as suas raízes, múltiplas, quintuplas, a começar (1) na magia, nos mitos e na religião (GUERRA FILHO, 1985; SUTTER, 2015). Assim, toda ordem normativa é fundamentalmente mágica, logo, também mitológica e de inspiração religiosa. Sem Deus, ou um seu substituto, sem um fundamento ontoteológico, em última análise mitológico, pode-se supor que o direito, a moralidade e a ética se tornam ininteligíveis e impraticáveis. Os laços do direito, da ética e da moralidade com a ontoteologia e a mística ainda permanecem nas sombras, de último ofuscadas, pelo menos desde o Iluminismo. O homem novo que queira proclamar uma nova ordem normativa já é muito antigo e cristão (paulino). Mas ainda menos visíveis são os seus laços com uma ética religiosa e ontológica, ou seja, de uma ética que quer ser humanista, que se dá exclusivamente no e através do ser humano, deontológica. Os mandamentos do Deus declarado morto passariam pela revisão de seres humanos, primeiro individualizados, depois socializados, dali extraíndo direitos agrupáveis em diversas gerações e dimensões.

O direito, a moral e a ética também têm raízes na (2) política: assim como a política faz (e desfaz) o direito, toda política gera sua ética, moral, amoral ou imoralmente, pois se pauta por alguma ordem normativa, com as regras do jogo, pressupondo-se assim, ambas, política e ordem normativa, reciprocamente. A política continua a ser jogada, como se fosse unitariamente, em dois tabuleiros, o do real e o do ideal, cada um com seus respectivos adeptos. E não é tão simples discernir quem é quem, ou quem está com que lado. Daí que, por exemplo, o marxismo em geral continue a ser idealista, embora professe uma teoria orientada por e para uma práxis materialistas. Um dia, segundo sua doutrina, deixará de sê-lo, após a sua realização, para que se possa viver, sendo realizado, o ideal, móvel da ação, dita revolucionária. O ideal não deixa de ser condicionado pelo material, mas permanece ideal. A política, de um modo geral, o marxismo em particular, não saem desse círculo vicioso do materialismo/idealismo, às vezes traduzido em esquerda/direita, no nível do discurso sobretudo, quando na prática, joga-se um jogo para ganhar o poder, e mantê-lo o máximo de tempo possível. Não existe uma política radicalmente nova para os dias melhores que, por ela, viriam. Foi dissipado o sonho brevemente acalentado da democracia direta e em escala planetária, com autogestão através de comunas e conselhos, graças aos novos meios de comunicação, também meios de dominação técnica, suprimindo as insuficiências da democracia representativa e parlamentar. Este sonho tornou-se o pesadelo dos aparatos de opressão exercida por meios eletrônicos. Ora, a anarquia não é o sonho dos que dormem pensando

estar acordados? Não basta rejeitarmos a situação atual sem reconhecer profundamente a sua origem e destino.

É impossível desenvolver uma ética ou uma política baseadas apenas nas nossas recusas. Negatividade e positividade condicionam-se mutuamente. A crescente insegurança, dentro de grandes grupos, mais que consolidados, enrijecidos em suas posições antagônicas, enfrenta a necessidade constante e urgente de reconstruir a própria vida: do amor às relações de amizade e sociais, da vida profissional ao trabalho nas instituições e à inserção no Estado. Nem a negatividade nem a positividade contam com a nossa aquiescência. É muito difícil o consentimento, sempre problemático, mal conciliado, com a vida e a morte! Nós, seres da finitude, dela conscientes, não conseguimos ficar satisfeitos seja qual for o jogo, envolvendo essa confrontação. Quanto mais vai ficando difícil enfrentar o problema ético, tanto mais vamos entrando na fase em que atinge seu ápice, estando quase na iminência de ser solucionado, resolvido ou, simplesmente, descartado pela organização e administração tecnocientífica, ao se darem as próprias regras de governança. Hoje, mais do que nunca, a ingenuidade habitual face à política é insustentável, com se perceber como ela é concebida e praticada com o máximo cinismo.

As ordens normativas também têm raízes (3) na poesia e na arte, nas quais está envolvida, embora não as prescreva. A suspeita persiste: o grande poder que formou a poesia e a arte não está praticamente morto, no que diz respeito ao seu destino supremo, de criação soberana? Já teria ocorrido uma mudança, que transmitiu o poder da poesia e da arte ao que as anula como tais, sem ultrapassá-las, a saber, para o campo da tecnologia e ao que a rege, permanecendo escondido, referido por Heidegger com a palavra enigmática e intraduzível, nos seus termos, *das Gestell*. A ética está também enraizada, sem dúvida, na (4) filosofia e sempre nos deu a sensação de estar em casa com ela. A filosofia formulou-a sendo por ela condicionada, propôs a ação e prescreveu regras, deixando sempre em suspenso os problemas das relações entre pensamento e ação. Carregando consigo uma vertente teórica e outra prática, a filosofia relegou a ética ao domínio da práxis, do fazer/ser, deixando de enfrentar o problema dos vínculos originários do pensamento e da ação.

A filosofia, desde o seu aparecimento em Platão, evocando Sócrates, postulou a preocupação com uma ética, com a condução da vida, prazerosa e também sofrida, confrontada com sua finitude, ao menos nos termos em que é por nós no dia a dia vivida. E ela, a filosofia, desenvolvendo-se ao longo de sua história como lógica, filosofia

primeira ou geral (ontologia, metafísica), teologia, cosmologia, antropologia, culminou na ética que, desde o início, no entanto, imperceptivelmente, a direcionou. Como pensamento metafísico do ser do mundo, ela fixou esse “Ser” na forma de uma entidade suprema, um fundamento que dispensa verdade e significado, deixando inexplorada a diferença entre Ser e ente, como insistirá Heidegger, durante e seu longo e profícuo percurso de pensamento. Com essa “diferença ontológica” permanecendo impensada, a filosofia deu diversos nomes ao ser, num mundo multidimensional e aberto: natureza, ideia, espírito, matéria, Deus e, modernamente, subjetividade que pensa e age num ser humano individualizado ou numa humanidade socializada. Começando explicitamente com Platão e completando-se, histórica e sistematicamente, com Hegel, tal filosofia eticamente implicada mostra-se essencialmente idealista, mesmo nas suas versões materialistas, que como vimos apresentam o mundo como subjugado a algum princípio absoluto e supremo, direcionador.

Reduzindo assim o jogo do mundo a um jogo particular, por mais transcendente e global que seja, ficou aquém da abertura que se fazia necessária e assim preparou a sua substituição pela atividade tecnocientífica, agora o novo jogo do mundo. Será que se ocupar da diferença entre ser e ente constitui o único e muito problemático caminho para o pensamento, e quanto o mundo ainda precisa de pensamento, nessa sua fase atual? Não será ele provido, também, pelas máquinas, o quanto e como ainda for necessário, com vantagens?

A filosofia está na base do mundo moderno, este que se encaminha para a sua conclusão, começando a se completar em nível planetário, ainda que como um niilismo, ainda inacabado, que se aniquilará ou o aniquilará, ao se completar, chegar ao seu acabamento. Saber se a modernidade caminha para o fim ou apenas começa a ser concluída é decisivo. O mundo moderno não precisa de filosofia, já por ela não ser de natureza a se prestar a interesses outros que não o de questionar, logo, não é útil. A verdade da lógica, a bondade da moralidade, a beleza da estética já foram esgotadas teoricamente, enquanto a ação tecnocientífica e a produção teórica tentam realizá-las praticamente, de forma combinada. O que ainda não está definido é o destino do pensamento. Foi-lhe confiada outra tarefa, por Wittgenstein: pensar o jogo e os jogos de linguagem, sendo este pensamento em si uma ação. Todos desejaríamos certamente um pensamento teórico com implicações práticas, iluminado pelo rigor e pela clareza do conceito, desenvolvido sistematicamente e historicamente a partir de alguns princípios, articulado num sistema que abrangesse tanto o conhecimento como a existência. Esperar

por ele, no entanto, é fazer o mesmo que as personagens que ficam à espera de Godot, na peça de Samuel Beckett. Atualmente, seria possível erguer um edifício desta envergadura, individual ou coletivamente? Parece impossível, pelo menos como sistema acabado. O que se pode é tratar a questão de modo sistemático e também fragmentário, combinados estrategicamente, para jogar melhor e ganhar, ainda que seja o pão nosso de cada dia. A ética, filha da metafísica, permaneceu ancorada na ideia do bem soberano que deve ser efetivamente realizado, ligado à verdade suprema. Impensável e impraticável, tendo brilhado com a sua presença implorada, inseparável da sua deplorada ausência, o que acontecerá ao bem soberano numa época que tenta ultrapassar sinuosamente o reino da metafísica, é o que cabe suscitar.

A maioria dos promotores de uma moralidade e a ética correspondente, de Platão a Kant, basearam a concepção de dever-ser, idealizador e ideal, naquilo que "efetivamente" consistiam dentro de sua época e de sua sociedade, quanto às expectativas de comportamento, embora de uma forma enganosa e disfarçada. Com Hegel, historicizando e tornando objetivo, situado, o estudo como sistema da filosofia, ela é completada, exaurida, já na época da fragmentação em especialidades científicas do conhecimento, e a disciplina da ética entra numa fase de convulsão, revolucionária. Marx, Nietzsche e Freud trabalham genealogicamente e orientam-nos para uma problemática melhoria futura, quando seremos redimidos, respectivamente, pela classe operária, um pós-humano ou um ser consciente de seus desejos inconscientes. Com anterioridade, o Marques de Sade (2003) já havia proposto, em plena Revolução francesa, que o libertou da prisão na Bastilha, a supressão de toda proibição, que só insufla a transgressão, ao invés de impedi-la.

Ocorrendo o fim da filosofia e o início da sua "realização" técnica e científica, completa-se também a construção do edifício da ética, mas ele não se mostra habitável nem suficiente para os necessitados todos. A sistemática ética, com todas as suas subdivisões e articulações, já está aí e jaz como que esgotada: o conjunto de preceitos e justificações, de prescrições e suas refutações, já está formulado e de molde a se tornar "praticamente" eficaz. Os mandamentos da ética, porém, não só não foram praticados de forma consistente, como também se revelaram impraticáveis: como é que o futuro, concretamente, superará esta impraticabilidade? Estaria certo, mais que qualquer outro, o Marques de Sade?

Quando a ciência e a tecnologia – a técnica é a força motriz da ciência e por ela se desenvolve com tecnologia – substituem a filosofia, elas também formulam uma ética,

sendo, no entanto, condicionadas por ela. Aparentemente, a tecnologia e a ciência não precisam de ética: explicam-na psicológica, histórica e sociologicamente, pretendendo assim tornar eficazes os seus antigos mandamentos, no processo de transformação da humanidade e do mundo.

Afirma-se, e com razão, por outro lado, que a moralidade é um produto social. Isso sem ver, porém, que o social também é produto da moral. Quase simetricamente, a moralidade é resultado da psique que forma, informa e deforma - e vice-versa. A ciência e a tecnologia obedecem, no entanto, a uma ética, mesmo se impensada. Isso porque nem os objetivos, nem os métodos, nem os conteúdos da atividade tecnocientífica, exceto talvez a esfera matemática pura, são neutros: carregam uma orientação, “favoritismos” iniciais, interesses, ideologias.

As ciências continuam a ser movidas por uma curiosidade e preocupação que as impulsionam para a investigação e exploração de tudo o que existe, quer seja feita de forma interessada ou gratuita - se é possível manter esta distinção, quando se percebe o quão pouco justificados são os interesses -, pois uma ciência ou é produtiva e transforma o presente ou se volta a preparar um futuro, mesmo o mais remoto. A investigação do espaço sideral, por exemplo, obedece perfeitamente à filosofia teórica e prática da modernidade e seus imperativos: tornar-se dono e soberano de tudo o que existe, transferindo problemas insolúveis cá embaixo para o universo imenso ao redor, enfrentando assim o nada, dele se desviando. A ética da vontade de poder e da vontade de querer que rege o ser humano moderno e sua tecnologia planetária manifesta-se em todos os ramos do conhecimento, também na astrofísica.

A religião, a moralidade, a justiça e o direito formaram represas poderosas para os seus filhos, os humanos, prescrevendo, prometendo e punindo-lhes. Como os seres humanos permanecem crianças, esses poderes sobrevivem às tentativas de superá-los, e por outro lado são bastante fracas as chances disso vir a ocorrer. Tudo se passa como se o humano não aceitasse “o que é”: nem para reconhecê-lo nem para mudá-lo.

Todas as sociedades modernas enfrentam o problema ético que se apresenta com força crescente, manifestando a contradição entre os ideais proclamados e as realidades atuais. A única coisa que resta a fazer é remover a escada pela qual a humanidade quer subir para ver mais longe? A limitação humana, a trivialidade, não são superadas pelas projeções infantis nem pelos sonhos senis.

As vidas humanas estão se tornando cada vez mais banalizadas. Todas as encostas das altas montanhas serão marcadas com balizas. Há engarrafamento para escalar o

Himalaia e mortes dos que se precipitam furando a fila. A nossa ânsia por uma nova religião, por uma nova moral, por uma nova justiça, por um novo direito, faz com que cada um busque um colo de mãe, e o que aparece de pronto é a maquinaria, não da máquina ou das máquinas, mas da técnica: uma parafernália multiforme de atividade tecnocientífica teórica e prática, que une prólogo e epílogo, sustenta utopias e ideologias dando a sensação de deixar espaço para um interlúdio ético. O ser humano não se tornou propriamente moderno, talvez menos humano, cada vez mais, pois foi modernizado pela técnica planetária proteiforme, ajustável a interesses basicamente econômicos. Os jogos técnicos e os jogos com a técnica confundem a linha de demarcação, o que não nos ajuda a compreender com precisão o domínio da técnica. A atividade tecnocientífica não silencia todos os problemas éticos, mesmo que seja relegada a segundo plano. Uma sombria premonição responde quando costumes são abordados segundo pretensões científicas ou regulados pela eficiência técnica, que não conseguem acertar contas com o ressentimento daqueles que, mesmo sem falta de razão, mesmo tendo a razão ao seu lado, foram fraudados e enganados.

As ordens normativas, por fim, também estão ligada ao (5) trabalho, havendo uma ética predominante que o justifica e mascara o seu caráter. O trabalho de cada um se baseia no do outro, como explorado ou colaborador. É assim que ele encontra sua raiz e sua implantação. A exploração reside, dentre outros, no fato de o próximo ser privado do seu ser, isto é, do seu tempo. A ética do trabalho e a propriedade privada garantida juridicamente andam de braços dados. A propriedade é muito mais durável e tenaz do que parece, passando por diversas mutações, assim como o regime econômico que gerou, o capitalista. Embora ninguém possa saber se está desempenhando o seu “próprio” papel ou o de outro, atribuído em um enredo social voltado ao sucesso de quem já teve êxito, a ética do trabalho, preocupada com a diversão, continua a demorar muito para surgir. Inseparável da luta e do poder, a ética serve para glorificar e condenar, conforme a ordem reinante ou aquela que queira se impor e governar. A ética não é apenas pública. Naquilo que nos é mais próximo, diz respeito também – o que não é apenas um assunto privado – aos nossos amores e às nossas mortes, aos cultos aos nossos mortos, sejam eles quais forem. O amor e todas as suas dimensões permanecem dependentes do subjetivismo e do narcisismo, do amor próprio e da propriedade privada, da posse e da apropriação.

Hoje sonhamos com a abolição da morte, uma amortização da vida na imortalidade. Na verdade, um certo tipo de morte já foi abolido, quando não mais se morre, apenas desaparece. Desta forma, nada mais fizemos do que acabar com o

problema, deixando de acabar, desentendendo o fim como acabamento, isto é, aperfeiçoamento. Antes de tudo, devemos aprender a envelhecer: a esperar, a passar, a saber que seremos superados e isso é bom. O envelhecimento é uma maldição e uma bênção ao mesmo tempo. De pronto, tratar-se-ia de reconhecer que também existe uma vida que nos mata, assim como existe uma morte que nos faz viver. Se a vitalidade é o motor, e a mortalidade, não seria melhor ser entendida como causa do amor?

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar, pensar, trabalhar, lutar, amar, morrer, havemos de nos dedicar a tudo isso sem fanatismo cego, como quem brinca, jogando. E assim, santifica-se o riso, o gozo do e no jogo, com regras que são, ainda, as do Direito.

A distinção entre jogos autênticos e jogos que não o são, dentro das regras e leis ignoradas por quem joga, está para ser abolida. Ao mesmo tempo, a distinção entre jogo e realidade, num outro tempo, como agora ainda, tão fanaticamente distinto, percorre esse mesmo caminho, de abolição. As virtudes desmoronam. Os valores estão desvalorizados. Nossos ativos são destruídos. No percurso de um jogo repleto de tabus persistentes já não há tragédia, como também não existe mais comédia. O tédio começa a substituí-los. A partir de agora não se trata mais de festa, gastos e vínculos daí decorrentes, como no *potlatch*, mas apenas de diversão, poupança e entretenimento, “*tittyertainment*”.

Na Antiguidade, para os gregos, a injustiça consistia em desviar-se da ordem, da *physis* que o *logos* implica. Na medievalidade cristã, em termos de pecado, resultaria de se desviar dos mandamentos de Deus. Na Modernidade, o erro viria do desvio da realidade ou das ideias humanas a respeito, consideradas como a realidade, por dominantes. Na era planetária, o equívoco ocorre ao nos desviarmos das regras do jogo, pois do que se trata é de cumprir com essas regras no jogo, as regras dadas e as que se dá, jogando.

O jogo já está jogado, onto-teo-cosmo-histórico-antropologicamente. O tempo é um jogador infantil, ávido e paciente ao mesmo tempo. O jogo ético e o do Direito, entre outros, continua sendo jogado, mas tanto quanto possível, para jogar melhor, ter *performance*, desempenho mais eficiente, livrando-se dessa expectativa neurastênica, depressiva, hipomaníaca e histórica de assim atingir ou realizar um “mundo melhor”.

Vamos assistindo, bestificados, o *reality show* do fim dos sonhos de mundo já havidos, entre shows musicais, jogos e competições que produzem heroicas figuras vazias.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanazioni*, Roma: Nottetempo, 2005.
- AXELOS, Kostas. *Héraclite et la philosophie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1962.
- AXELOS, Kostas. *Le jeu du monde*. 6^a. ed. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.
- AXELOS, Kostas. *Vers la pensée planétaire*. 2^a. ed. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- ANDRIOPOULOS, Stefan. *Aparições espectrais*. O idealismo alemão, o romance gótico e a mídia óptica. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- BACHELARD, Gaston. *La Poética de la Ensoñación*. Trad.: Ida Vitale, México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean. *O crime perfeito*. Trad.: Silvina Rodrigues Lopes. Lisboa: Relógio D'Água, 1996.
- BELL, Ian. *Dreams of Exile*. Robert Louis Stevenson: A Biography. Londres: Macmillan, 1992.
- BERGSON, Henri. *A energia espiritual*. Trad. Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BJÖRK, Martin. *Life Outside Life: The Politics of Immortality, 1914–1945*, tese de doutorado, Universidade de Göteborg, 2018.
- BRETON, André. *Conversaciones (1913 – 1952)*. Trad.: Letícia Piccone. México: F.C.E., 1987.
- BRITTON, Ronald. *Crença e Imaginação*. Trad.: Liana Pinto Chaves, Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- CANETTI, Elias. *Die Befristeten*. Munique: Carl Hanser, 1964.
- CANETTI, Elias. *The Numbered: a Play*. Trad. Carol Stewart, Londres: Marion Boyars, 1986.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Trad. Sergio Tellaroli, São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.
- CHAITIN, Gregory. “How real are real numbers?”, Manuscrito — Rev. Int. Fil., Campinas, v. 34, n. 1, jan.-jun. 2011, <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/manuscrito/article/view/8642013/9504>.
- CORBIN, Henry. “Mundus imaginalis ou l’imaginaire et l’imaginal”, Cahiers internationaux du symbolisme, n. 6, Bruxelles, 1964, pp. 3 – 26.
- CORBIN, Henry. “Mundus imaginalis ou l’imaginaire et l’imaginal”, in: Id., *Face de Dieu, face de l’homme – Herméneutique et soufisme*. Paris: Flammarion, 1983.
- DELEUZE, Gilles. “Critique”, n. 275, Paris, 1970, p. 344-351.
- HAN, Byung-Chul. *Vita contemplativa ou sobre a Inatividade*. Trad.: Lucas Machado, Petrópolis: Vozes, 2023.
- GIACOIA JR., Oswaldo. *Nietzsche X Kant*. Uma disputa permanente a respeito de liberdade, autonomia e dever. São Paulo: Casa da Palavra, 2012.
- GUERRA FILHO, Willis S. “Direito e magia”. Revista da Faculdade de Direito Universidade Federal do Ceará, v. 28, n. 2, Fortaleza, 1985, p. 155 - 169.

- MASPERO, Henri. *Le Taoïsme et les Religions chinoise*. Paris: Gallimard, 1981.
- ROMANDINI, Fabián Ludueña. “Do espectro da metafísica à metafísica do espectro” in: *Species – Revista do Núcleo de Antropologia Especulativa da UFPr*, <http://speciesnae.wordpress.com/>, 2015.
- SADE, Marquês de. “Franceses, Mais Um Esforço Se Quiserdes Ser Republicanos”, In: *Id., A filosofia na alcova* ou os preceptores imorais. Tradução, posfácio e notas: Contador Borges. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- STEVENSON, Robert L. *Across the Plains*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1892.
- SUTTER, Laurent de. *Magic: Une métaphysique du lien*. Paris: PUF, 2015.
- SUTTER, Laurent de. *Poétique de la police*. Aix-en-Provence: Rouge Profond, 2017.
- SUTTER, Laurent de. *L'Âge de l'anesthésie*. La mise sous contrôle des affects, Paris: Les Liens qui libèrent, 2017.
- WARNKE, Ulrich. *La filosofía cuántica y el intramundo*. Trad.: María Martí. Barcelona: Obelisco, 2019.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques. *O imaginário*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.